

LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: MAPEAMENTO

Leandro de Jesus Dueli

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – leandro.dueli@gmail.com

Introdução

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPT) começou em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices nas capitais dos Estados, que, mais tarde, dariam origem às Escolas Técnicas/Agrotécnicas Federais, aos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Este último criado em 29 de dezembro de 2008, a partir da junção dos CEFETs, das Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), das Escolas Técnicas/Agrotécnicas Federais e das escolas vinculadas a universidades.

A Lei 11892/2008, que cria os Institutos Federais, determina que no mínimo 20% das vagas sejam ofertadas em cursos de licenciatura, bem como em programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. Desta forma, desde 2008, já na iminência de se tornar um Campus de Instituto Federal, várias unidades de Escolas Técnicas/Agrotécnicas Federais e CEFETs passaram a ofertar cursos de Licenciatura em Matemática, em cumprimento da citada Lei. Esta Lei ainda prevê um mínimo de 50% das vagas para educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.

A pesquisa de doutoramento que está em andamento busca analisar alguns aspectos dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Licenciatura em Matemática dos IFs, como por exemplo, a formação da identidade dos cursos (e conseqüentemente dos egressos) a partir do currículo dos cursos, bem como analisar a atenção às normativas preconizadas na Lei de criação dos Institutos Federais e das Resoluções do Conselho Nacional de Educação – CNE. Para tal, inicialmente, deve-se fazer um levantamento dos cursos existentes, e este é o objetivo deste artigo, seguido de uma análise preliminar da distribuição dos cursos pelo território nacional.

Metodologia

Para fazer o levantamento dos cursos de Licenciatura em Matemática nos IFs foi utilizado o Cadastro e-Mec de Instituições e Cursos de Educação Superior. Trata-se de uma base de dados oficial e única de informações relativas às Instituições de Educação Superior – IES e cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino. Os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos das instituições e cursos de educação superior.

Segundo o e-MEC, em abril de 2018, foram identificados 913 cursos de Licenciatura em Matemática no Brasil, tanto na rede pública como na rede privada, sendo 490 na rede pública. Destes 490 cursos da rede pública, 423 estão em atividade, os demais estão em fase de extinção. Destes 423 cursos da rede pública que estão em atividade, 377 são presenciais. E destes, apenas 89 estão nos Institutos Federais.

(83) 3322.3222

contato@conapesc.com.br

www.conapesc.com.br

Partindo desta busca inicial, foram visitadas as páginas oficiais de todos os 38 Institutos Federais, bem como a página oficial da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com o objetivo de realizar um cruzamento preliminar de dados.

Resultados e Discussão

Verificou-se, na verdade, a existência de 86 cursos de Licenciatura em Matemática nos IFs. A diferença se deu pelo fato de três cursos não terem iniciado suas atividades.

Estes 86 cursos estão distribuídos da seguinte forma: 10 na Região Norte, 31 na região Nordeste, 6 na Região Centro-Oeste, 13 na Região Sul e 26 na Região Sudeste. Dos 38 Institutos Federais criados em 2008, apenas 7 não ofertam Licenciatura em Matemática, porém ofertam outras Licenciaturas.

Os CEFETs de Minas Gerais e do Rio de Janeiro não ofertam Licenciatura em Matemática até o momento. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) oferta Licenciatura em Matemática em 4 campus, porém fogem do escopo de nossa pesquisa, mesmo compondo a Rede Federal de EPT, pelo fato do CEFET-PR ter se tornado UTFPR em 2005, ou seja, bem antes da criação dos Institutos Federais. O Colégio Pedro II, 39º Instituto Federal, mesmo mantendo o nome de origem, não oferta Licenciatura em Matemática.

Destes 86 cursos catalogados, 06 foram iniciados até 2002, 44 foram iniciados de 2003 a 2010, 24 foram iniciados de 2011 a 2014, 8 foram iniciados de 2015 a 2016 e 4 foram iniciados de 2017 a 2018.

Em uma outra perspectiva, até 2007, quando os Institutos Federais ainda eram CEFETs, foram iniciados 14 cursos de Licenciatura em Matemática. De 2008 (ano da criação dos IFs) até 2012, foram iniciados 56 novos cursos de Licenciatura em Matemática, perfazendo um aumento de 400% em 5 anos. De 2013 até 2018 foram iniciados mais 16 cursos.

A formação de professores nos antigos CEFETs iniciou no fim da década de 1990 com a justificativa da escassez de professores de educação básica no Brasil. Para Gomes (2013) a escassez de professores para o Ensino Médio é um problema estrutural, produzido historicamente não apenas pelas condições de formação, mas também pelas condições de trabalho, salário e carreira às quais os professores estão submetidos. Lima (2012) e Lima (2015) acrescentam como justificativa à escassez supracitada a grande evasão nos cursos de Licenciatura das Universidades.

Esse aumento de 400% em 5 anos (2008 – 2012) é o reflexo da busca por números que supram a escassez de professores de educação básica, sobretudo de ciências e matemática e também à necessidade de atender à Lei 11892/2008.

Esses cursos, segundo o e-MEC, ofertam em torno de 4500 vagas anuais, distribuídas majoritariamente nas regiões Nordeste (31 cursos) e Sudeste (26 cursos).

Ao longo desses 10 anos de criação dos Institutos Federais há que se fazer uma análise destes cursos, e este é objetivo da pesquisa de doutoramento. Como estão sendo formados estes professores de matemática oriundos dos Institutos Federais? Quais são as características desses cursos que lhes garantam uma identidade de EPT? Como os PPCs desses cursos foram pensados? Esses PPCs além de atenderem às prerrogativas legais, assim como das universidades, eles apresentam uma institucionalidade característica do lócus onde está inserido?

Conclusões

São vários os questionamentos levantados quando se estuda a formação de professores nos Institutos Federais. Até a década de 1990 apenas as universidades ofertavam esse tipo de curso e agora se vê uma Rede que historicamente prepara mão de obra para o mercado de trabalho agora prepara professores, também para o mercado de trabalho. Há que se questionar os propósitos desse novo lócus para formação docente, se o objetivo é aumentar o número de licenciados para atender a demanda do mercado de trabalho ou formar professores no molde tecnicista tornando a educação uma mercadoria.

Mesmo que preliminarmente, mas já se pode concluir, sobretudo pelas diversas pesquisas realizadas sobre o assunto e pelo estudo preliminar feito nos PPCs, que esses cursos criados nos Institutos Federais já carecem dos mesmos problemas dos cursos universitários: fragmentação disciplinar e evasão. Esses problemas eram esperados, visto que a matrizes e os projetos dos cursos dos Institutos Federais foram construídos a partir de adaptações das matrizes e projetos dos cursos universitários.

Há vários cursos nos IFs que estão reformulando seus PPCs, sejam para adequar às novas determinações do Conselho Nacional de Educação, para readequação de matriz curricular, entre outros. Faz-se necessário reformular o PPC dos cursos a fim de se elaborar um documento com características específicas de EPT.

Referências

GOMES, D. F. *Implementação de licenciaturas para a formação de professores da educação básica nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LIMA, F. B. G de. *A formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: um estudo da concepção política*. 2012. 282 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

LIMA, M. F. B. *A expansão das licenciaturas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: percursos e características*. 2015. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.